



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS**

**A VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL: CONCEITOS, EXPRESSÕES E ALGUNS  
DETERMINANTES**

**São Cristóvão/SE**  
**2017/1**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS**

**ALESSANDRO BATISTA PRUDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josiane Soares Santos.

**São Cristóvão/SE**  
**2017/1**

**ALESSANDRO BATISTA PRUDENTE**

**A VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL: CONCEITOS, EXPRESSÕES E ALGUNS  
DETERMINANTES**

São Cristóvão, 25 de Outubro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josiane Soares Santos (orientadora)  
Departamento de Serviço Social/ Universidade Federal de Sergipe

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Marques dos Santos(examinadora)  
Departamento de Serviço Social/ Universidade Federal de Sergipe

---

MSc. Maria Auxiliadora Silva Moreira Oliveira (examinadora)  
Assistente Social do Instituto Federal de Sergipe

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter concedido a realização desta pesquisa, em segundo lugar aos meus pais **Manoel** e **Marileide** por todo o incentivo e ajuda para que tudo isso fosse possível.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por dar sabedoria, força e determinação para seguir em mais uma vitória nessa caminhada.

Aos meus pais, que serviram como base e confiança. Aos demais familiares: irmão, primos, tios e noiva. De modo geral, cada um contribuiu de forma eficaz e prazerosa em mais uma conquista.

A minha orientadora, professora Josiane Soares Santos, pela seriedade do seu trabalho, paciência e experiências trocadas, fazendo com que o final dessa trajetória não virasse um tormento. Extremamente grato.

Por fim, quero agradecer a todos que me apoiaram direta ou indiretamente para que isso acontecesse.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar)

## **RESUMO**

A violência escolar é um fenômeno social que sempre esteve presente no ambiente da escola, mas existe uma alteração na observação deste fenômeno pela sociedade. Atualmente a violência é enfrentada como um problema que já se instalou no interior das escolas e não é mais possível desprezá-la. A presente pesquisa buscou proporcionar sucintas ponderações sobre a educação e sua função socialmente determinada, com a ideia de situar o ambiente no qual se produz e reproduz essa violência. Trata-se de pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico realizada para tentar entender, através da bibliografia estudada as características e alguns dos determinantes desse tipo de violência.

Palavras-chave: Escola. Violência. Violência escolar.

## **ABSTRACT**

School violence is a social phenomenon that has always been present in the school environment, but there is a change in the observation of this phenomenon by society. Violence is now seen as a problem that has already settled inside schools and it is no longer possible to disregard it. The present research sought to provide brief reflections on education and its socially determined function, with the idea of situating the environment in which this violence is produced and reproduced. It is a qualitative research of a bibliographical character made to try to understand, through the bibliography studied the characteristics and some of the determinants of this type of violence.

Key words: school. Violence. School violence.



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>10</b> |
| <b>CAPÍTULO I – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL .....</b>   | <b>12</b> |
| 1.1 Contextualização e Fundamentos da Questão Social .....                                   | 12        |
| 1.2 Violência e “questão social” .....   | 16        |
| <b>CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA ESCOLAR: Expressões e alguns de seus determinantes..</b><br>..... | <b>21</b> |
| 2.1 Educação e conceitos de violência escolar .....  | 21        |
| 2.2 Refletindo sobre alguns determinantes da violência escolar .....                         | 29        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>34</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>35</b> |

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a violência tem crescido em todas as esferas da vida social e é um dos problemas que mais preocupa a sociedade contemporânea. No ambiente escolar vem causando muita angústia e medo à sociedade pela forma como tal fenômeno acontece, pois alunos e professores no dia a dia vivenciam esta situação. Cada vez mais jovens estão sendo envolvidos, sejam como vítimas ou agressores. É na escola que colocamos nossas esperanças de formação de cidadãos capazes de um agir ético. Entretanto, a expressão da violência nesse espaço, é um fator antagônico, que se opõe à concretização desses objetivos maiores de educação.

Desta forma, vê-se a violência escolar como um fenômeno social que sempre esteve presente no ambiente escolar, existindo uma alteração na observação deste fenômeno pela sociedade. Atualmente, enfrenta-se como um problema que já se instalou no interior das escolas e não é mais possível desprezá-la, mas debater e buscar soluções.

Este TCC foi finalizado após a descontinuidade de mais de um ano. Precisando assim, ser readaptado em relação ao projeto original, que objetivava também analisar a violência escolar, mas sob a forma do *bullying*. O mesmo previa a realização de pesquisa empírica.

Ao retomar o trabalho já no TCC II e, considerando-se a necessidade de realizá-lo em um curto espaço de tempo disponível, o objetivo do estudo foi caracterizar a violência escolar no Brasil que esporadicamente vem sendo alvo de pesquisadores das mais diversas áreas. Em decorrência disso, houve a discussão dos fundamentos socioeconômicos e políticos da violência como expressão da questão social através de uma reflexão sobre parte da bibliografia que tem estudado o tema.

Este estudo é importante em face de seu gradual aumento entre os jovens, um dado que não é mais oculto na sociedade, pois a mídia explora esse tipo de conteúdo e mostra o nível de vulnerabilidade e exposição da juventude, principalmente os jovens pobres. O espaço escolar transformou-se num dos pontos de base desta discussão. As manifestações violentas tomaram formas variadas e perspicazes entre esse grupo. Sendo, por vezes, asiladas por trás de um cenário aparentemente tranquilo na dinâmica das relações sociais. É neste contexto que o cotidiano escolar tem sido palco de manifestações agressivas, variando, desde depredações até agressões verbais e físicas.

A presente pesquisa é qualitativa e de cunho bibliográfico. Como qualquer modalidade de pesquisa, seu desenvolvimento segue

uma série de etapas em que seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto e o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa (GIL,2002, p.59).

Considera-se a pesquisa bibliográfica um procedimento essencial, pois possibilita a aproximação teórica com o objeto de estudo e uma reflexão crítica dos dados obtidos considerando o movimento histórico da realidade analisada.

De acordo com Lima e Miotto (2007, p.44) a realização de uma pesquisa bibliográfica é um processo contínuo e não aleatório. Esse tipo de pesquisa exige “vigilância epistemológica” observação e cuidado na escolha e encaminhamento dos procedimentos metodológicos. Para Gil (2002, p.88) “a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla, visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, a melhor formulação do problema ou a construção de hipóteses”.

Para elaboração do trabalho optou-se pela metodologia de abordagem qualitativa, como âncora na revisão bibliográfica de alguns textos que foram encontrados na rede mundial de computadores após pesquisa e a partir de palavras-chave relacionadas ao tema e objetivos da pesquisa.

A análise dos dados coletados pretende realizar uma reflexão crítica da realidade e das relações sociais postas no cotidiano levando em conta as contradições que transcorre à sociedade capitalista. Considerar essas contradições, por sua vez, serviu de base para compreensão e explicação da relação entre violência e educação pública no Brasil.

Por fim, cabe informar que além da introdução e das considerações finais, dividiu-se este trabalho em dois capítulos. No primeiro, apresentou-se uma abordagem da violência, o seu conceito como expressão da questão social. Esclarecendo a contradição capital-trabalho, que resulta na diferença da posse do produto socialmente produzido, encontrada na sociedade capitalista. Essa desigualdade gera alguns tipos de violência, manifestando-se cada vez mais na sociedade contemporânea e criando tensão e medo.

No segundo há uma abordagem acerca das características, distinções e formas de apresentação das ramificações da violência no contexto escolar, sendo elas: a violência na escola, violência da escola, violência à escola, as incivildades e à indisciplina. Discutem-se, também, alguns de seus determinantes na identificação dessas variáveis considerando-se o ambiente interno e os fatores externos à escola.

## **CAPÍTULO I**

### **PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIOÊNCIA NO CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL**

#### **1.1 Contextualização e Fundamentos da Questão Social**

A compreensão sobre a questão social está no cerne da contradição capital/trabalho, ou seja, está definida no campo do modo capitalista de produção, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente, onde os trabalhadores produzem a riqueza e os capitalistas a tomam para si.

A gênese da questão social possui sua essência fundamentada pela lei geral da acumulação capitalista e é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital, ou seja, organizada na relação social determinante própria da sociedade capitalista. A riqueza produzida por toda a sociedade é apropriada de forma privada, como

expressão de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2001, p.17).

As classes dominantes detêm a prioridade dos meios de produção e, conseqüentemente, da riqueza socialmente produzida, restando ao trabalhador somente a alternativa de vender sua força de trabalho no mercado, como meio de sobrevivência e reprodução. Com a expropriação da força de trabalho e a incorporação das inovações tecnológicas aumenta a produtividade do trabalho social e diminui o tempo de trabalho socialmente necessário, obtendo-se a valorização do capital. E, na mesma proporção, o alcance de mais-valia. Para os capitalistas é de seu interesse a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, sendo esta uma maneira de potencializar o consumo da força trabalho e extrair trabalho não pago dos trabalhadores.

Com embasamento na Lei da Acumulação Capitalista, entendemos o tipo de exploração que constitui a sociedade capitalista: a miséria cresce na mesma proporção que a acumulação do capital. Dessa forma, a pobreza “se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social” (NETTO, 2001, p.46)

Esses processos que se avivam no mesmo grau em que se desenvolve o modo de produção capitalista, sob forma de grande indústria, enraízam a sua validade. Com o surgimento, no século XIX, da “questão social” como fenômeno datado a partir deste período. Era evidente a expansão do pauperismo a um número cada vez maior de indivíduos, não restrito aos desempregados, doentes, inválidos, órfãos, idosos ou viúvas. Ou seja, além de remeter ao pauperismo absoluto e reproduzir pauperismo relativo, que atinge a parcela de trabalhadores aptos para o trabalho.

A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX, na mesma época em que a palavra socialismo apareceu. Foi utilizada por diversos críticos, de diferentes áreas de atuação política e ideológica servindo para descrever as condições de vida miseráveis às quais a massa de trabalhadores foi submetida na gênese do capitalismo.

Com o processo de industrialização e urbanização, desencadeou-se a questão social que é ligada às desigualdades sociais. Essa situação gerou revolta aos trabalhadores e esses sujeitos responderam com rebeldia e resistência à exploração abusiva a que eram subordinados pela burguesia.

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado.

As Leis Sociais que representam a parte mais importante dessa regulamentação se colocam na ordem do dia a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeados para a conquista de uma sociedade social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 134).

O uso indiscriminado da expressão “questão social” acabou por fornecer-lhe diversos conteúdos e atribuições muito diferentes, mas uma coisa é certa: todos eles se referiam ao pauperismo absoluto e/ou relativo dos trabalhadores assalariados.

Historiadores e sociólogos que estudaram a situação do proletariado nesse período são concordes em que essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoam-se em bairro insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta– de água, esgoto e luz. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 137).

A divisão injusta da riqueza, a exploração do trabalho e a mais-valia, o aumento do desemprego e, como resultado da existência do exército industrial de reserva, a precariedade das condições de trabalho, foram os aspectos favoráveis para o aumento da pauperização da classe trabalhadora.

Não era inédita a desigualdade entre várias camadas sociais e, decorria de longe a polarização entre ricos e pobres e se era antiga a apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza se generalizava, onde na primeira vez na história a pobreza crescia na mesma proporção em que se aumentava a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2001).

Os modelos de acumulação capitalista acentuam progressivamente a polarização entre as classes sociais, ou seja, ricos e pobres, burgueses e proletários. É nesse período que se configura o início dos movimentos de luta entre os donos do capital e os que vivem da venda de sua força de trabalho. Devido às péssimas condições de trabalho, tornou-se necessária uma organização do proletariado para defesa de melhores condições de vida e de trabalho, que tomou formas diferenciadas nos diversos estágios de desenvolvimento da produção capitalista.

A partir desse contexto os trabalhadores iniciam sua organização expressa, primeiramente, com a destruição das máquinas e, em seguida, de forma organizada existe uma luta, com reivindicações de seus direitos como classe, ultrapassando a questão social da esfera privada das relações mercantis para a esfera pública.

Por envolver também uma dimensão política expressa na luta de classes, a questão social

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.77)

A burguesia tentou obscurecer a existência da luta operária e a possibilidade de revolução socialista, o que poderia levar ao fim do modo de produção capitalista. No plano ideológico difundiu a “questão social” a partir de uma conotação aparentemente neutra pela qual o pensamento conservador vai se referir à questão operária (NETTO, 2001).

A partir das lutas expressas pela manifestação política da questão social, o Estado intervém através das políticas sociais na tentativa de moderar suas expressões ou minimizá-las para garantir o desenvolvimento do capitalismo. Conforme indicam Behring e Boschetti (2008, p. 63), a luta pelo reconhecimento de cidadania social para o proletariado não era fácil, pois as medidas tomadas para melhorar as condições de vida foram paliativas.

Com o predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, não é difícil compreender que a resposta dada à questão social no final do século XIX era, sobretudo, repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social. [...].

De acordo com Iamamoto (2001), pensar a questão social na sociedade capitalista supõe dar conta da sua historicidade, ou seja, apropriar-se de sua gênese, desdobramentos e configurações adquiridas no percurso do desenvolvimento da sociedade.

Dessa forma, ao longo do século XX, registra-se grande crescimento econômico industrial, mascarando as expressões da questão social, fundamentada nas premissas do Estado de Bem-Estar Social. A partir da década de 1970, ocorre uma crise econômica, confirmando o fim da fase de crescimento do capitalismo, com várias modificações na esfera econômica e também política e social, ocasionadas pela a revolução tecnológica acompanhadas de políticas de ajuste neoliberal.

Para a burguesia, a materialidade da reestruturação produtiva de tipo flexível que emerge como saída para esta crise passa pela defesa dos princípios neoliberais de autonomia do mercado, da regulação estatal mínima, da liberdade política reduzida à liberdade mercantil. O neoliberalismo visa não apenas alterar as relações do Estado com as classes sociais, mas constituir um Estado “mínimo para classe trabalhadora e máximo para o capital” (NETTO, 1993, p.108).

Os trabalhadores passam a sofrer uma intensificação da flexibilização no processo de trabalho e um aprofundamento das desigualdades sociais. Para Iamamoto (2001) os processos de privatização, redução dos postos de trabalho e subordinação dos direitos sociais à lógica econômica são gestados como consequência desse momento amplo.

A implementação das medidas neoliberais atinge as formas de sociabilidade, tendo em vista que o cenário de precarização do trabalho e a redução da atuação do Estado na área social contribuem para gerar um clima de incertezas e de supervalorização da individualidade. Cada indivíduo social passa a ser responsabilizado tanto por seu sucesso como pelo fracasso (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Assim, para Netto (2001, p. 48),

A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui modularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser.

Nesse contexto a questão social gradativamente vem sendo criminalizada e suas expressões encaradas com os programas assistenciais seletivos e focalizados. Ou seja, a imposição do Estado mínimo típico do neoliberalismo utiliza-se da repressão além de defender a execução de políticas sociais de caráter residual e focalista, com a finalidade de minimizar a situação que não pode ser solucionada pelo mercado e/ou pela sociedade.

## 1.2 Violência e “questão social”

A questão social representa o conjunto de expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. Previamente, indica-se que o termo se inter-relaciona às contradições fundamentais do modo de capitalista de produção por se revelar como manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2011).

A questão social é uma expressão que apresenta sua gênese no modo capitalista de produção. Sendo assim, uma categoria que expressa a contradição fundamental, gestada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente pela qual os trabalhadores produzem riqueza e os capitalistas se apropriam dela, levando ao trabalhador não desfrutar da riqueza que ajudou a produzir.

É significativo salientar que a questão social é uma categoria explicativa da totalidade social da forma como os homens vivenciam a contradição capital-trabalho. Como consequência da disparidade da apropriação do produto social, na sociedade capitalista obtém-se, assim, uma série de fenômenos conhecidos como “expressões da questão social”, tais como o analfabetismo, o desemprego, moradias precárias, fome, gerando novas táticas de subsistência entre as quais se encontram determinados tipos de violência.

A violência se revela como expressão da questão social na qualidade de fenômeno da atualidade, provocando aflições que decorrem pelo cotidiano afetando todos os cidadãos de diferentes classes sociais, culturas, etnias etc.. Podemos dizer que ela se manifesta enquanto uma realidade social cada vez mais preocupante, transformando-se, assim, numa fonte de medo e insegurança, principalmente no que concerne à prática de atos infracionais.

O fenômeno da violência, nas suas mais variadas formas, é considerado como um dos maiores problemas para a sociedade contemporânea, de modo que conviver ou entender esses eventos torna-se cada vez mais difícil. A violência se torna complexa na sua compreensão e na identificação de seus atores, já que possui uma moldabilidade ampla e se propaga por todo tecido social apresentando implicações de segunda ordem sob os sujeitos da sociedade contemporânea.

Vários setores da sociedade possuem visões diferentes acerca do tema, o que lhe confere um caráter multiconceitual. É necessário desmistificar e desnaturalizar o conceito de violência que, nas suas mais diversas manifestações, se configura como uma das expressões



da desigualdade social, mais perceptível em nossa sociedade e, portanto, como uma das expressões da questão social.

Usualmente a violência é um problema social que para a Organização Mundial da Saúde (2002), se caracteriza como o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

No plano da saúde pública, a violência vem sendo estudada como endemia. Divulgado pela OMS no informe Mundial sobre violência e saúde, a violência tratada como problema de saúde pública em nível mundial, tem levado à conclusão de que as mortes e as sequelas deixadas nas pessoas, decorrentes da violência caracterizam-se como um dos principais problemas de saúde pública em nível mundial.

Nilo Odalia (2004) relaciona o conceito de violência com situações de privação, destituição.

Com efeito, privar significa tirar, destituir despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos [...]. A ideia de privação parece-me, portanto, permitir descobrir a violência onde ela estiver por mais camuflada que esteja sob montanhas de preconceitos, de costumes ou tradições, de leis e legalismos (ODALIA, 2004, p. 86).

A violência urbana está relacionada a assassinatos, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra as pessoas. Se expressa na brutalidade da vida, da pobreza, nas carências, na marginalização, no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação, na humilhação e na discriminação. A violência urbana caracteriza-se como violência social e traz traços profundos da violência estrutural tornando-se uma das maiores preocupações sociais da sociedade brasileira da contemporaneidade.

toda violência é social, pois engloba a poluição ambiental, o menor abandonado, a discriminação racial, as diferenças entre as classes, a fragmentação do trabalhador etc. Esse tipo de violência rouba a dignidade da pessoa humana negando-lhe a própria razão de viver em sociedade(ODALIA, 2004, p. 45).

A violência é causada socialmente nas relações humanas e necessita ser percebida como um produto social e histórico.

As pesquisas sobre as causas da violência, feitas em vários países, apontam para um grande número de fatores: a excessiva exposição de crianças e jovens a cenas violentas na mídia; o abuso de álcool e outras drogas (especialmente a cocaína e o crack); o fácil acesso a armas; o crime organizado; o abuso e a negligência de crianças; a impunidade e a falta de assistência do governo; a miséria e o desemprego. Isso significa que a violência não tem uma causa simples e, portanto, não se pode encontrar uma solução simples, o controle da violência instituída

precisa do trabalho coordenado de muita gente, em várias frentes. (MALDONADO, 1997, p. 6).

Segundo Baierl (2004), a violência se tornou rotina, inserida no cotidiano, sendo banalizada e naturalizada e se sustentando da cultura do medo. A realidade brasileira promulga tal condição.

A violência parece como algo corriqueiro, típico do cotidiano das pessoas, quer seja a violência na cidade quer seja a violência no campo: homicídios, chacinas, ocupações violentas de terra, dizimação de índios, morte perinatal, estupros, acidentes de trânsito, assaltos, roubos a banco, sequestros, vitimização de mulheres e crianças, violência policial, extorsão, tráfico de drogas, linchamento, tráfico de crianças e uma violência que não ganha visibilidade pelas marcas que deixa no corpo, mas que expressa no conjunto das relações sociais e na vida cotidiana: ausência de equipamentos sociais mínimos, tempo gasto no transporte, desemprego, filas de espera, baixos salários, qualidade e quantidade e de serviços públicos de direito do cidadão, desrespeito, perda de dignidade, ausência de cidadania, que vai minando o cotidiano dos sujeitos. (BAIERL, 2004, p. 52).

No Brasil a violência generalizada não é algo novo. É a extensão das práticas tradicionais de autoritarismo da alta sociedade frente ao povo e nas interações entre classes. De acordo com Odalia (2004), seu fundamento está na organização social, no caso do Brasil, a capitalista, elaboradora a partir das desigualdades sociais. Para o autor, as desigualdades sociais provocam perspectivas, demandas que não podem ser respondidas pelos sujeitos. Este é um fator gerador da violência, enraizado na vida do homem moderno, o levando a examinar se a violência é um elemento estrutural, ou tenha se tornado na atualidade, um modo de ser do homem contemporâneo.

Assim, a violência se constitui num mecanismo de dominação por parte das classes dominantes que, por sua vez, vem a se tornar uma estratégia de sobrevivência das classes dominadas. Neste contexto não é o resultado apenas das necessidades econômicas, mas também possui caráter político, pois almeja, por parte das classes dominadas, uma forma de recuperar parcela do excedente que lhe foi expropriado.

Entretanto, a violência e o crime não são somente explicados na sua conexão com a sociedade de classes e a apropriação privada do que é socialmente produzido. Torna-se indispensável apontar como as classes dominantes aproveitam-se do drama social, decorrente da própria natureza do sistema capitalista, para o benefício da reprodução desse mesmo sistema gerador da criminalidade, garantidor de seus privilégios e hegemonia. O sentimento de medo e insegurança frente às expressões de violência substituiu, em grande parte, a indignação das pessoas.

Esse quadro vem levando pessoas a arquitetarem novas formas de reações sociais e padrões éticos. O medo social imobiliza, intimida e faz com que os sujeitos se sintam incapazes na condução de suas vidas no espaço público e em contextos sociais. Assim, instiga as pessoas a buscar soluções individuais para problemas que têm embasamentos sociais e culturais, como é o caso da violência. Os sujeitos passam a alterar a estrutura física da cidade, transformando seus patrimônios em prisões para própria proteção e defesa da vida e de seus bens. “O medo social é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem a sua gênese na própria dinâmica da sociedade” (BAIERL, 2004, p.48).

O ciclo de violência nutre o medo social e a forma como se difunde pela cidade. Por outro lado, a impotência do Estado, garantidor de direitos e segurança, permite que os cidadãos tenham problemas com a assimilação das maneiras de enfrentamento que possibilitariam obstruir o ciclo da violência na esfera pública sendo assim subjugados pelo medo. (BAIERL, 2004).

O medo, como fobia social, não permite coletivizar a questão, ao contrário, transporta-a para o particular, para o mundo privado, em que as estratégias encontradas podem se configurar como novas formas alimentadoras do ciclo da violência ou como formas possíveis de convivência social. (BAIERL, 2004, p.71).

Sendo assim, perante o medo, a posição mais frequente é a paralisia, reforçada pelos sentimentos de insegurança e impotência, sentimentos que dificultam a construção de laços sociais, de coletividades orgânicas e experiências de convívio mais duradouro no campo social. Ao invés disso, o medo reforça o individualismo e o isolamento.

O sentimento de medo e insegurança diante do crime é, de forma inegável, parte da questão social e econômica. Por se expandir entre os mais diferentes grupos e classes sociais produz grande mobilização da opinião pública, atraindo as manchetes dos jornais. A sua divulgação e manifestação, divide opiniões quanto ao seu significado e análise, quanto às formas de enfrentamento ou minimização.

“No atual contexto brasileiro, a juventude negra tem sido vista como um dos segmentos mais suscetíveis às expressões da violência, por ser mais pobre e morar em áreas segregadas, onde a segurança é negligenciada por parte dos poderes públicos.” (RAIMUNDO, 2014, p.132).

A sociedade apresenta a juventude negra como aquela cuja capacidade é voltada para a prática de atos violentos. Porém, também são vítimas na sua maioria pela mesma

violência urbana que lhe é designada. A juventude negra tem tido seus direitos desrespeitados, passando a ser vista como um dos segmentos mais vulneráveis.

Uma das pautas mais debatidas ultimamente, os preceitos legais da maioridade penal, indicam que boa parte da opinião pública associa o segmento dos adolescentes ao aumento da violência e defende a diminuição da idade mínima para que uma pessoa possa ir para a cadeia nos casos de crimes hediondos. A redução da maioridade penal afeta principalmente o jovem em condições sociais vulneráveis, pois a tendência é que jovens negros, pobres e moradores das periferias das grandes cidades brasileiras sejam ainda mais encarcerados, já que esse é o perfil predominante dos presos no Brasil.

O outro lado da questão, entretanto, nos parece invisibilizado: dados demonstram que a juventude negra tem sido vítima de diversas expressões da violência com destaque para a violência urbana, a segregação e o racismo, entendidos como violências sociais. Também em outras situações de violência os jovens negros estão sujeitos a diversos impactos de maneira específica, tais como a pobreza, o desemprego, a segregação socioespacial (RAIMUNDO, 2014).

Ainda, segundo Raimundo (2014), no atual panorama brasileiro, por ser pobre e morar em áreas segregadas a juventude negra tem sido vista como um dos segmentos mais suscetíveis às expressões da violência, cuja segurança por parte do poder público é negligenciada. Essa é uma situação que exige uma análise crítica e deve conduzir à compreensão da problemática, da qual deriva a criação de estratégias políticas de superação dessa realidade, que ganha novos contornos ao longo da história onde sua manutenção tenha que ser garantida com o entendimento que a situação atual dos jovens negros guarda traços profundos do passado.

O fenômeno da violência e sua marcante presença no âmbito da juventude brasileira, de um modo geral, também se apresentam no meio escolar, como uma refração da questão social na sociedade contemporânea. Nesse sentido, tem afrontado a educação ao lado de tantos outros desafios que essa confronta como analfabetismo, evasão escolar, educação de jovens e adultos. As manifestações da violência no espaço escolar são um produto da forma como as relações na sociedade capitalista são mediadas, gerando desigualdades sociais que contribuíram para o avanço da violência em todas as esferas da sociedade. A escola, como parte da sociedade, não se encontra, portanto, imune aos efeitos dessa realidade.

## **CAPÍTULO II**

### **VIOLÊNCIA ESCOLAR: EXPRESSÕES E ALGUNS DE SEUS DETERMINANTES**

Para cumprir o objetivo específico de analisar os dados sobre violência escolar no Brasil, serão apresentadas breves reflexões sobre a educação e sua função socialmente determinada. A ideia é situar o ambiente no qual se produz e reproduz a violência escolar e, na sequência, expor os conceitos sobre o tema encontrados nos textos pesquisados, bem como algumas explicações que os autores levantam para o fenômeno da violência escolar no Brasil

#### **2.1 - Educação e conceitos de violência escolar**

A educação se caracteriza basicamente, por uma finalidade a ser atingida e, estando inserida na sociedade, não se manifesta como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de manutenção ou transformação social. Portanto, precisa de desígnios, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos que, por sua vez, reflitam alguns valores da sociedade norteadores de sua prática. (LUCKESI, 1994).

É um fenômeno social, cujas origens, objetivos e funções estão pautados no contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada. Ao se tornar uma ação constante na história das sociedades, não é a mesma em todos os tempos e lugares, pois se vincula ao projeto de homem e de sociedade que se quer ver emergir através do processo educativo. O fenômeno educativo deve ser entendido como uma prática social, situada historicamente, numa realidade que envolve aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida total do homem concreto a que a educação diz respeito.

Por meio da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos, que se tornam capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora. Essa influência manifesta-se por meio de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes acumulados, transmitidos e recriados de uma geração a outra. (ABRAMOVAY, 2002, p.33).

Como um importante formador de conhecimentos, comportamentos e valores vigentes nas relações entre os sujeitos, a escola é uma instituição que tem como fundamento determinante o processo de constituição da subjetividade. Através da transferência da cultura,

a educação formal visa produzir um determinado tipo de homem. Por intermédio da escola o sujeito apreende as formas como a sociedade na qual ele está inserido estabelece as relações sociais constituídas e como ele deve se inserir na realidade à sua volta, construindo uma representação subjetiva do mundo, que lhe permite lidar com a materialidade.

Através das relações sociais os indivíduos se constituem. Portanto, o modo como o outro vê o sujeito é essencial para o modo como o sujeito vê a si próprio. Sendo assim, os grupos possuem grande importância no método de aprendizagem, bem como para a construção da identidade, dado que as interações que constituem socialmente proporcionam diversas experiências, desenvolvendo aspectos da consciência. Considerando que cada indivíduo vive dentro de diferentes contextos histórico-culturais, com características genéticas e neurofisiológicas peculiares que diferenciam um indivíduo de outro esses fatores determinam uma diversidade de comportamentos, que devem ser compreendidos e trabalhados dentro do ambiente escolar.

No Brasil, o processo de expansão da escolarização básica teve seu início em meados do século XX e seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. A educação no Brasil é um assunto polêmico que divide opiniões.

Nos últimos anos a educação brasileira mudou, mas ainda está distante de ser satisfatória, apresentando agravamento em algumas características próprias de países em desenvolvimento, entre as quais os impactos da desigualdade na distribuição da renda em relação às deficiências no sistema educacional. Esses dois problemas estão associados, uma vez que a pobreza e ausência de escolarização são deficiências que somente poderão ser superadas se forem encaradas simultaneamente. As deficiências do sistema educacional brasileiro compõem um obstáculo para a modernização da sociedade e é necessário reconhecer que a qualidade do ensino, tanto público como privado e em todos os níveis é, na maioria dos estabelecimentos, muito deficiente, apesar da expansão do acesso à escola que se conseguiu atingir.

Somente uma pequena porcentagem de alunos consegue completar os oito anos de ensino básico obrigatório, o ensino de nível médio não consegue preparar adequadamente os estudantes para a universidade, nem para o ingresso no mundo do trabalho.

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao

5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (BRUNet. al., 2017).

A existência de sociedades desiguais antecede o surgimento do capitalismo. Porém, a partir do capitalismo, a pobreza passa a ser associada aos processos de produção e aos efeitos que estes produzem na classe trabalhadora. Sendo assim, a desigualdade está presente tanto em países desenvolvidos quanto nos periféricos, mas são nesses últimos que, em função da organização econômica, política e social, se registram os mais altos índices de desigualdade social.

A desigualdade social no Brasil é quase sempre observada de forma natural, sendo, portanto, culturalmente aceita e reproduzida pela sociedade, onde o modelo econômico brasileiro costuma ser fundamentado pelo entendimento de que a redução da pobreza pode ser alcançada pelo crescimento econômico. Observando criticamente tal afirmação é refutada pelo grau de pobreza observada no Brasil que é superior quando comparado a países com mesma renda per capita levando à avaliação de que o crescimento econômico não é suficiente para produzir alterações nos índices de pobreza.

O principal causador da pobreza é a desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades que possibilitem a inclusão econômica e social, pois o Brasil é um país de desigualdades, onde a injustiça social afeta a maioria da população obstruindo o ingresso nas mínimas condições de cidadania.

A desigualdade social no sistema educacional é um elemento que encontra raízes no próprio processo produtivo e que, dessa forma, não pode ser analisada fora da capacidade da sociedade capitalista. O sistema educacional assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da alienação e da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam um alto índice de evasão escolar no Brasil. Segundo esta instituição,

considerando que a escolaridade básica é de nove anos, pessoas de doze a quatorze anos que vivem com uma renda familiar per capita acima de dois salários mínimos têm uma média de 6,4 anos de estudo, enquanto aquelas que vivem abaixo deste rendimento apresentam uma média inferior (3,4 anos de estudo). Isso se repete em todos os grupos de idade. Entre dezoito e vinte e quatro anos, por exemplo, aqueles que vivem acima de dois salários mínimos, per capita, apresentam a média de 10,6 anos de estudo e os que vivem abaixo deste rendimento, 4,6 anos (IBGE, 2000).

A desigualdade de renda também se representa como parte dos índices de defasagem idade/série. Regiões como o Norte e o Nordeste (duas regiões que concentram o maior número de pobres e miseráveis no país) são as que apresentam um número maior de pessoas de quatorze anos na situação de defasagem escolar (89,4% e 89,9 % respectivamente). Mesmo no caso daquelas regiões consideradas mais ricas, como é o caso do Sul e Sudeste, os índices de defasagem são altos. Estas duas regiões apresentam, por exemplo, 66,1% e 68,0% respectivamente, de alunos na idade de quatorze anos em situação de defasagem escolar (IBGE, 2000).

A evasão escolar e a defasagem idade/série parecem estar diretamente relacionadas à necessidade de complementação da renda familiar. De acordo com o IBGE (2000) dos jovens de 15 anos de idade, apenas 16,53% estão na escola, enquanto 22% trabalham e estudam, 8% só estudam, 7% estudam e estão a procura de emprego e 10% não estudam. A evasão escolar também é uma realidade neste contexto e ela está, muitas vezes, associada às condições econômicas e sociais das famílias.

A partir dessas considerações, fica evidente que a violência nas escolas reproduz a violência na sociedade. Na maioria dos casos, o aluno reproduz na sala de aula aquilo que vive em sua própria casa, no convívio com a família e nas ruas, de modo geral.

A escola, embora seja vista como chave de oportunidades para uma vida melhor, pode ser, também, local de exclusão social. Ou seja, pode discriminar e estigmatizar, marginalizando o indivíduo formal ou informalmente, nos seus direitos de cidadania e no seu acesso às oportunidades de estudo, profissionalização, trabalho, cultura, lazer, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização. Assim, com a finalidade de contribuir para a construção de uma cultura contra violências, faz sentido lidar com discriminações, intolerâncias e exclusões no espaço escolar, ainda que essas não deságuem em ameaças, brigas e mortes, ou seja, não se consubstanciando em violência física propriamente dita. (ABRAMOVAY, 2002, p.41).

A ocorrência de violência escolar apesar de não se constituir como um fenômeno recente, nos dias atuais se agravou nas mesmas proporções em que se gravou a “questão social”. Portanto, além de um importante fenômeno da realidade social contemporânea, este tema tem sido objeto de reflexão e pesquisas.

Na pesquisa bibliográfica realizada em onze textos com distintas abordagens sobre o tema, identificou-se que cinco deles não trazem de forma sistemática o conceito do que consideram como “violência escolar”. Entre os demais seis textos é significativa a incidência de conceitos que se repetem, indicando razoável unanimidade na compreensão do



fenômeno do ponto de vista teórico. Isso pode se explicar porque segundo Peçanha (2013, p.12) há uma tendência entre pesquisadores do tema que se traduz em

Fazer uma diferenciação da natureza dos atos violentos no ambiente escolar [como] um caminho para sua análise, mas sabem que são passíveis de falha, ao restringir ou ampliar o conceito, dando mais importância para este ou aquele evento. Contudo, para estes estudiosos, entender as partes, levará a um entendimento do todo do fenômeno. Dessa forma, eles utilizam a separação em níveis de gravidade, classificando em mais ou menos graves os atos de violência em suas investigações, estabelecendo os *tipos de violência*. Tal distinção é particularmente útil, não só porque permite não misturar tudo em uma única categoria, mas também porque designa diferentemente lugares e formas de tratamento dos fenômenos.

Na direção de classificar/descrever os atos de violência na escola a partir de sua natureza, o conceito mais presente – em três dos 11 textos pesquisados – foi o de Charlot (2002), transcrito a seguir:

[...] a violência escolar pode ser dividida em três modalidades: violência na escola, à escola e da escola. A violência na escola é aquela que acontece dentro do espaço escolar, não está relacionada às atividades escolares, pode ocorrer em qualquer lugar, mas acontece na escola porque é lá que seus protagonistas estão. A violência à escola é direcionada contra a instituição escolar, pode visar o patrimônio público - incêndios, danificação das instalações físicas, quebra dos equipamentos, furtos de materiais, pichações no prédio da instituição; ou pode visar seus agentes - professores, coordenadores, diretores. A violência da escola é uma violência institucional, simbólica, que ocorre através da maneira como a instituição e seus agentes tratam os estudantes com ignorância, rispidez, desatenção, desprezo, negligência, autoritarismo.

Esse conceito aparece nos textos de Costa (2011, p.9027-9028); Sondre et al., (2012, p.321); Boneti; Prioto (2009, p.166-167) e traz uma espécie de classificação das expressões da violência escolar mais recorrentes. Entende-se que Charlot se destaca entre os pesquisadores mais citados nos materiais pesquisados. Exemplo disso é outra citação do mesmo autor presente em Abramovay (2002, p.21-22):

O que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, do status de quem fala (professores, diretores, alunos, etc), da idade e, provavelmente, do sexo. Charlot amplia o conceito de violência escolar, classificando-a em três níveis:

- a. Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;
- b. Incivilidades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- c. Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da

identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Entretanto, em um dos textos (BONETI; PRIOTO, 2009, p.168-169) apareceram ponderações sobre a necessidade de ampliar essa conceituação de Charlot, nos termos abaixo:

Priotto (2008) com base no estudo realizado na perspectiva da elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Violência escolar: Políticas públicas e práticas educativas” ampliou a classificação de violência escolar apresentadas por Charlot (2002) e Abramovay (2005) de forma a ficar um pouco mais abrangente, propondo uma diferenciação entre violência *na* escola, violência *contra* a escola, e violência *da* escola. No que diz respeito à violência *na* escola, esta se caracteriza por diversas manifestações que acontecem no cotidiano da escola, praticadas por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos. Caracterizam-se como atos ou ações de violência: Física – contra o(s) outro(s) ou contra o grupo, contra si próprio (suicídios, homicídios, espancamentos, deferimentos, roubos, assaltos, ferimentos, golpes, estupro, agressões sexuais, exibicionismo, porte de armas que ferem, sangram e matam; drogas [uso, oferta, venda, distribuição de Álcool, Tabaco, Maconha, Cocaína, Crack, Merla, Anfetamínicos e outros]). Incivildades - desacato, palavras grosseiras, indelicadeza, humilhações, falta de respeito, intimidação ou *bullying*. Como reforça Fukui (1991), essas ações costumam ocorrer: dentro da escola (pátio, quadra, salas de aula); portão de entrada da escola e na via pública em frente à escola. Com efeito, esses atos de violência sempre envolvem indivíduos pertencentes à escola, como vítimas ou como agressores. Violência *contra* a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses atos de violência implicam tanto aos membros da escola como à comunidade e estranhos à escola. Em relação à violência *da* escola, mostra-se todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores, exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim, a marginalização, a desvalorização do profissional professor, a insatisfação, indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional, falta de estímulos e interesse em educação continuada, discriminações diárias onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força, como as que Abramovay (2003, p. 98) afirma ser violência “magoar, agredir por falta de respeito” que para os jovens são atos de violência por parte dos professores.

Apesar das ponderações registradas, entendemos que o texto segue a mesma linha de descrever os traços identificados como expressão da violência escolar. Ainda de acordo com essa tendência, identificamos outro conceito que se repete em dois dos textos pesquisados (SANTOS, 2011, p.23); (BONETI; PRIOTO, 2009, p.162-163):

Denominam-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros

praticados por, e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar.

Por fim, em um dos textos pesquisados (FERREIRA et al., 2014, p.5) identificamos o conceito de violência escolar elaborado por Minayo e destacado abaixo:

Diante da complexidade que envolve o conceito de violência, Minayo et al., (1999) assinalam que ela necessita ser interpretada em suas várias faces, de forma interligada, em rede, e por meio dos eventos pelos quais se expressa, repercute e se reproduz. Sendo assim, sua definição envolve múltiplos enfoques e direcionamentos, criando um emaranhado de interpretações e conceitos. Ainda de acordo com os autores supracitados, qual seja a forma a ser investigada, a violência deve envolver diferentes contextos, levando em conta a complexidade desse fenômeno. Para os autores, essa dificuldade está atrelada a sua forma, por ser ela, por vezes, própria da relação pessoal, política, social e cultural e /ou ainda resultante das interações sociais.

Para educadores, os maiores problemas são as agressões verbais e intimidações. Segundo Costa (2011, p. 9029)

As manifestações de violência mais comuns, de acordo com os professores entrevistados, e que têm causado a perturbação do clima escolar, prejudicando o processo de ensino/aprendizagem, as relações interpessoais e até a saúde dos professores, são o que a literatura tem chamado de incivildades. (CHARLOT, 2002; DEBARBIEUX, 2006; BLAYA, 2006, ABRAMOVAY, 2002, RUOTTI, 2006; LATERMAN, 1999). As incivildades são atitudes que provocam no meio escolar sentimentos de desrespeito: pequenas desordens, tumultos, barulhos, recusas em cooperar, insolências, indelicadezas, descortêsias, falta de respeito, piadas de mau gosto, palavras ofensivas e humilhações (DEBARBIEUX, 2006; CHARLOT, 2002). São atos que rompem as regras elementares da vida social: pequenas delinquências, agressividades, insensibilidade em relação aos direitos do outro, atitudes que quebram as regras de convivência. Para Charlot (2002), o acúmulo das incivildades cria um clima em que professores e alunos sentem-se profundamente atingidos em sua identidade pessoal e profissional, que por ferirem a dignidade alheia, são consideradas um tipo de violência.

As chamadas incivildades, assim parecem ser o principal problema apontado pelos autores, pois entre os textos analisados também Santos (2011), Ferreira et al.(2014) sublinham essa questão. Entre tais manifestações de incivildade, encontra-se também o *bullying*, caracterizado como

[...] denominação inglesa que é utilizada para qualificar comportamentos agressivos, manifestados na escola e realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores (Silva, 2010), através de agressões físicas ou psicológicas como chutar, empurrar, apelidar discriminar e excluir, que ocorre entre colegas sem motivação aparente e com uma reincidência significativa [...] Oliveira e Antônio (2006) expressam que o *bullying* se dá a partir de ações discriminatórias e práticas frequentes de violência no cotidiano escolar, tratando-se de um tipo de exclusão social capaz de oprimir intimidar e machucar aos poucos, sem nunca ser declarada de fato. (SÓ, 2010, p.7-8)

Na descrição desses fenômenos são inúmeros os depoimentos de que apesar desta dificuldade e do reconhecimento de que está cada dia mais difícil dar suas aulas, os professores criam meios para manter os alunos em sala e contam, para tanto, com as sanções estabelecidas pelas escolas como formas de enfrentamento.

A escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como de criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações entre alunos, professores, diretores e demais membros da equipe técnica que favorecem ou não os processos informativos e de comunicação na escola. Nesse ambiente de diversidade, no entanto, também ocorrem brigas, atos de agressividade e de violência, e as medidas tomadas para solucionar os conflitos em geral cabem à direção da escola. Os procedimentos adotados são, em sua maioria, advertências, suspensões, transferências e expulsões, conforme a gravidade do caso analisado pela escola. (ABRAMOVAY, 2002, p.33).

A violência encontra-se no cotidiano das pessoas que têm que elaborar meios de conviver com ela, pois episódios de violência são registrados com significativa intensidade, tanto a partir da informação oferecida por alunos como pelos educadores.

O papel do educador nos últimos tempos passou por modificações consideráveis devido às mudanças que a sociedade também sofreu. Mudanças essas que geram dilemas, desafios e também muitos obstáculos. Entre os principais desafios encontrados pelo educador, está o comportamento do aluno, atitudes de agressividade, conflitos com os colegas e professores. Esses comportamentos vivenciados pela escola num todo, traz preocupações maiores no sentido de repensar suas políticas. Essas manifestações de violência, transgressões de regras, violação de direitos alheios, indisciplina, demonstram desajuste na relação educador/aluno. Diante de tais situações o professor precisa conhecer as causas e consequências destes atos, para que possa desta forma buscar soluções e evitar que os problemas tomem uma proporção ainda maior. (SONDRE et al., 2012, p.318)

As pesquisas indicam que de um modo geral profissionais da rede pública assistem com maior frequência a esses episódios do que seus colegas de rede privada. Outro traço que aparece nas reflexões teóricas a respeito é que esse fenômeno de violência em meio escolar está diretamente ligado à criminalidade que atinge os jovens em áreas urbanas e que estão nas comunidades mais pobres, reforçando nossa hipótese de que ela é reflexo das desigualdades presentes nas distintas expressões da “questão social”. A seguir, será dada visibilidade às explicações mais frequentemente presentes nos textos pesquisados a respeito do tema.

## 2.2 – Refletindo sobre alguns determinantes da violência escolar

No meio educacional, duas parecem ser as tônicas fundantes que estruturam o raciocínio daqueles que se dispõem a problematizar os efeitos de violência simbólica ou concreta verificados no cotidiano escolar contemporâneo: uma de cunho nitidamente sociologizante e outra de matiz mais clínico-psicologizante.

Para Aquino (1998), o modo de pensar a violência no contexto escolar parece seguir duas tônicas, uma de cunho sociologizante, em que ela seria resultado de determinações macroestruturais, e outra com base clínico-psicologizante, que tende a pontificar um diagnóstico de caráter evolutivo, quando não patológico, de quadros ou mesmo personalidades violentas que influenciariam as relações no contexto escolar. Nessas duas correntes, a violência é colocada como um resultado exógeno à prática institucional escolar, ora associada às raízes políticas, econômicas e culturais, ora à estruturação psíquica prévia dos personagens envolvidos. (PEDROSA, 2011, p.29-30)

Para além destas duas tendências, notamos que existem dois grandes grupos de fatores que tratam de determinantes da violência escolar presentes nos textos pesquisados: fatores internos ao funcionamento da escola e fatores externos.

A identificação dessas variáveis no *ambiente interno* da escola é identificada em três dos 11 textos pesquisados e está associada a fatores que influenciam o desempenho escolar. A seguir elenca-se um trecho de cada um desses textos:

Para Thomaz (2004), a violência da escola aparece nas práticas pedagógicas, quando a disciplina é imposta pelos professores e pela direção, de forma autoritária, para preservar a obediência às ordens estabelecidas sem questionamento por parte dos alunos. Os estudantes tendem a responder ao excesso de rigor da escola, através de atitudes indisciplinadas ou violentas contra a instituição escolar. Muitas vezes, a escola tenta passar uma certa harmonia através da imposição de regras, porém, essas imposições podem gerar condutas indisciplinadas e até violentas por parte dos alunos que tentam fugir da “domesticação dominante” através da desordem (THOMAZ, 2004, p.11). (COSTA, 2011, p.9037-9038)

A violência da escola se caracteriza na violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos e racistas. (CHARLOT, 2002, p. 435).(SANTOS, 2011, p.25)

A violência nas escolas pode ser associada a três dimensões, segundo Debarbieux (1999): 1. A grande dificuldade de gestão nas escolas resultando em estruturas deficientes [...] 3. As componentes internas das escolas, específicas de cada estabelecimento. É possível observar escolas seguras em bairros reconhecidamente violentos e vice-versa.(ABRAMOVAY, 2002, p.49)

Nesse caso, as pesquisas identificam que a motivação interna da violência no âmbito escolar está presente como reação dos estudantes a situações de violência cometidas por parte da escola, especialmente no que se refere à violência dos professores contra os alunos. Esta se manifesta através de ameaças, de palavras rudes, da forma grosseira de se dirigir aos estudantes, do não ouvir o aluno, da postura autoritária e pode acontecer de diversas maneiras: através de atitudes que expressem desprezo, discriminação, intimidação, repressão; de palavras que magoam, humilham, rebaixam e ferem a auto-estima; piadas de mau-gosto; abuso de poder.

Este tipo de violência geralmente aparece onde o poder está em risco, como o caso do professor em sala de aula e diante de alguns atos de estudantes que caracterizem “bagunça” ou o desrespeito demonstrado para com os professores. Indica-se que alguns professores expressam esse tipo de comportamento para se impor pela autoridade, utilizando-se da violência para se colocarem numa posição superior à do aluno ou para manterem a ordem e a disciplina dentro da sala de aula.

A violência da escola aparece nas práticas pedagógicas, quando a disciplina é imposta pelos professores e pela direção, de forma autoritária, para preservar a obediência às ordens estabelecidas sem questionamento por parte dos alunos. Dessa forma, a escola contribui para o surgimento da violência em seu ambiente quando é omissa diante do comportamento inadequado de alguns alunos, quando não há punição, regras ou disciplina em seu interior; quando ignora as ocorrências e, principalmente, quando não realiza um trabalho pedagógico que aborde essa problemática.

Portanto, tanto o *bullying* quanto as agressões físicas e verbais entre os alunos e entre alunos e professores, são manifestações de violência que ocorrem com frequência no cotidiano das escolas e precisam ser combatidas devido aos danos que provocam aos estudantes e também aos docentes.

No que diz respeito aos *fatores externos à escola*, podem-se apresentá-los como principais determinantes em dois subgrupos: as relações familiares e as questões socioeconômicas.

Em quatro dos 11 textos pesquisados a questão da violência escolar é associada à problemas existentes no âmbito das relações familiares, conforme exposto a seguir:

As causas do bullying podem residir nos modelos educativos que são expostas as crianças, na ausência de valores, de limites, de regras de convivência; em receber punição ou castigo através de violência ou intimidação e aprender a resolver os problemas e as dificuldades com a violência.(SÓ,2010, p.8)

Colombier (1989), no livro “Violência na Escola”, aponta fundamentos socioeconômicos e familiares como possíveis causas da violência na escola, entendendo esse fenômeno como atos de violência contra as instalações da escola, contra os professores, dos alunos uns contra os outros. Nessa perspectiva, a violência se iniciaria na família, com a falta de limites, referências, a desestruturação familiar (SANTOS, 2011, p.23)

De acordo com Silva (2007, p. 02): Diversas são as causas destes problemas entre elas: frágeis referências morais, distorção de valores, questões familiares (dificuldades no estabelecimento de limites, regras, dinâmica familiar comprometida, violência doméstica etc.), problemas culturais, barreiras sócio-econômicos, conflitos emocionais do próprio educando, problemas de saúde mental do educando e ou de familiares, comprometimento cognitivo ou dificuldades de aprendizagem. (SONDRE et al., 2012, p.321-322).

A vulnerabilidade da escola a várias violências, macrossociais, viria aumentando também sua perda de legitimidade como lugar de produção e transmissão de saberes, quando contraposta ao alcance social, ampliação do escopo e do acesso de novos meios de formação. Segundo alguns autores, como Debarbieux, a escola está mais vulnerável a fatores e problemas externos (como o desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres). Ele menciona, também, o impacto da massificação do acesso à escola, a qual passa a receber jovens negativamente afetados por experiências de exclusão e pertencimento a gangues, o que implica consequências para todos os membros da comunidade escolar: alunos, pais e professores (Debarbieux, 1998: 39). Esses fatores externos de vulnerabilidade se somam àqueles decorrentes do aumento das condutas delinquentes e de incivilidades na escola. (ABRAMOVAY, 2002, p.25)

A relação família-escola entra em conflito, pois, ambas têm como objetivo central a educação, embora se saiba que os papéis de cada uma devem ser diferenciados durante esse processo. Observa-se, conforme o apontamento dos pesquisadores, que os pais do século XXI estão mais ausentes, deixando às responsabilidades educativas para terceiros, onde o grande alvo dessas famílias são as escolas, acarretando grande dificuldade no relacionamento que a família tem com escola. O enfraquecimento da família na sociedade dá-se em função de vários fatores que impactam em sua unidade interna minada pela pauperização que leva cada vez mais os pais a trabalhar horas excessivas e dispor de pouco tempo para o convívio com seus filhos.

A família, de maneira generalizada, delega cada vez mais algumas obrigações da educação do filho à escola e ao professor, eximindo-se do seu papel fundamental de parceira da instituição de ensino na educação da criança.

Outros fatores que atravessam o cotidiano de famílias pauperizadas são a arbitrariedade policial nos grandes bairros periféricos, tráfico de drogas, alcoolismo, violência, prostituição, entre outros. Então, a violência escolar teria na família parcela da responsabilidade pela má formação desses adolescentes. Isso ocorre com adolescentes oriundos de famílias pobres, em maior número. A compreensão das relações familiares pode

ajudar a explicar o comportamento de adolescentes que crescem revoltados, sem valores, e sua escolha por outros caminhos diferentes da escola, como a vida nas ruas e/ou a participação em gangues organizadas para o crime que acabam por refletir dentro do espaço educacional.

Os professores, frente a essa nova obrigação, se veem forçados a responder pelo comportamento positivo ou negativo do aluno, além de se preocupar com o programa curricular, provas, exercícios e etc. Quando os primeiros passos da educação são de responsabilidade dos pais, a escola complementa esses ensinamentos socioculturais, sem deixar a educação totalmente para escola. Espera-se, dessa forma, que além da educação dos ensinamentos sociais possam passar os valores culturais, a ética e a respeitar os sentimentos e a propriedade de outros.

Outro enfoque para os fatores externos como determinantes da violência escolar está na associação aos problemas existentes nos fatores socioeconômicos, apresentados em quatro dos 11 textos pesquisados sobre a questão da violência escolar:

Colombier (1989), no livro “Violência na Escola”, aponta fundamentos socioeconômicos e familiares como possíveis causas da violência na escola, entendendo esse fenômeno como atos de violência contra as instalações da escola, contra os professores, dos alunos uns contra os outros. Nessa perspectiva, a violência se iniciaria na família, com a falta de limites, referências, a desestruturação familiar; nas causas socioeconômicas estariam a exclusão social, falta de oportunidades, a influência da mídia e a falta de perspectivas.(SANTOS, 2011, p.23)

No que tange às desigualdades no âmbito educacional, podemos afirmar que a repetência e o abandono de crianças e jovens da escola “é o produto do funcionamento do aparelho escolar” (ADORNO, 1994, p. 22), mediada pelas desigualdades econômicas e sociais, bem como por fatores culturais e políticos. Assim, a violência interna e circundante à escola, frequentemente atribuída aos jovens excluídos (ou em vias de exclusão) da escola é também o produto do funcionamento de uma sociedade construída com base nestas desigualdades. (BONETI; PRIOTO, 2009, p.170)

Ao analisar o fenômeno da violência nas escolas, não basta focalizar atos criminosos extremos, mas também ‘as violências simbólicas, verbais, morais, psicológicas’ contra os alunos (ABRAMOVAY, 2002).

É necessário que as investigações levem em consideração o contexto sociocultural e econômico de cada região e das comunidades, onde escolas estão inseridas, de maneira a compreender como a violência é também percebida não só pelas vítimas, mas, sobretudo, pela comunidade em geral. (FERREIRA et al., 2014, p.11)

Conforme análise dos pesquisadores, a desigualdade social é um elemento cada vez mais presente no cotidiano das grandes cidades brasileiras. A desigualdade se reproduz de



um modo geral, mas tem características distintas nos grandes centros urbanos, capazes de congrega, em uma mesma localidade, diferentes grupos sociais com interesses econômic, polític, e sociais antagônics. O processo de urbanizaçã, as precárias condiçõe de vida, de moradia, de saúde, educaçã, segurança e lazer, interagem na construçã de um cenário regido por recorrentes manifestaçõe de violênci que interferem no cotidiano da comunidade escolar.

Assim, essas desigualdade têm impactos e influenciam sobre a violênci escolar. Se expressa em fenômeno como, por exemplo, o tráfico de drogas e disputa pelos territórios dele decorrentes que se reproduzem no ambiente escolar e são causas de violênci. Essas causas são referentes ao território geográfico e apontam que escola próxima às favelas, onde vivem famílias pauperizadas e tráfico de drogas é uma atividade econômica forte, as tornam reféns da violênci e seus aluno costumam ser, simultaneamente, vítimas e agressores.

De um modo geral, portanto, as explicaçõe mais comumente encontrada para a violênci escolar embora enfatizem alguns determinantes mais que outros, acabam reconhecendo a complexidade do tema e articulam fatores externos e internos. Por isso há concordância com Abramovay (2002, p.29) ao advertir que

[...] o debate sobre os fatores exógenos e endógenos associados à violênci no ambiente escolar é bastante controvertido e delicado, pois a maior tendência é enfatizar os fatores externos à escola, o que amenizaria a responsabilidade do sistema escolar, tanto diante do próprio fenômeno quanto do seu combate.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho, foram abordados os complexos conceitos de violência e as principais distinções conceituais de violências no âmbito escolar.

Foi apresentada uma abordagem sobre o conceito da violência como expressão da questão social, resultante do cerne da contradição capital-trabalho e do debate da posse do produto que é socialmente produzido, encontrada na sociedade capitalista. Essa desigualdade determina processos que se expressam em alguns tipos de violência.

Num segundo momento existiu uma aproximação acerca das características, distinções e formas de apresentação da violência no contexto escolar. Para analisar os dados sobre violência escolar no Brasil, foi cumprindo o objetivo específico de discutir os fundamentos socioeconômicos e políticos da violência como expressão da questão social a partir de alguns conceitos e explicações que os autores levantam sobre o tema proposto.

Pode-se concluir que a violência escolar é uma realidade que não deve ser mais negligenciada, e é de suma importância que as autoridades públicas, educadores, família e sociedade como todo estejam unidos para enfrentar as situações de violência inseridas na escola, que tem deixado inúmeras vezes, de ser um espaço seguro de socialização, para se tornar “palco” de cenas de violência.

A partir dessa constatação, espera-se que o estudo sirva de instrumento sinalizador para identificar rastros que possam contribuir com propostas para a prevenção da violência no espaço escolar. Assim, mais do que discutir as questões que envolvem a violência, este trabalho pretende provocar discussões e reflexões, suscitando novas questões para se chegar ao entendimento de como lidar melhor com esse tipo de conflitos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, M. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BRUINI, E. da C. Educação no Brasil. In: **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

BAIERL, L. F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, P. A. da S. Manifestações de violência no cotidiano escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Artigos...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p.9027- 9041. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6206\\_3586.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6206_3586.pdf)> Acesso em 07 jul. 2017.

FERREIRA, D. F.; STACHIW, R. T. da S.; BATISTA, E. C. B. A Violência no contexto escolar: Um estudo com alunos de uma escola pública do interior do estado de Rondônia, **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, 2015, n. 67, p. 1 – 15, fev./mai. 2014. Disponível em: <[http://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/violencia\\_19.03.15.pdf](http://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/violencia_19.03.15.pdf)> Acesso em 07 jul. 2017.

FONTES, A. M. M. Violência nas escolas: a crise da autoridade. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 77-85, mar./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/05/Artigo-04-15.1.pdf>> Acesso em 16 jul. 2017.

GIL, A. C. 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Editora, São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de Uma Interpretação Histórico-metodológica**, 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M.V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

IBGE. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Katálasys**, Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007, p. 37-45.

LUCKESI, C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜDKE M. ; ANDRÉ, M. E.D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U, 1986.

MALDONADO, M.T. **Os Construtores da Paz: Caminhos da prevenção da violência**. São Paulo: Moderna, 1997.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº3, 2001.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1993.

ODALIA, N. **O que é Violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.

PEÇANHA, I. S. B. **Reflexões acerca da violência escolar**. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11/REFLEX%C3%95ES-ACERCA-DA-VIOL%C3%8ANCIA-ESCOLAR-Ingrid-Silva-Barbosa-Pe%C3%A7anha.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2017.

PEDROSA, S. M. **A violência no contexto escolar: concepções e significados a partir da ótica de professores de uma instituição de ensino público**. 2011. 90f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2011. Disponível em: <[https://ppgenf.fen.ufg.br/up/127/o/Sheila\\_Mara\\_Pedrosa.pdf?1336145189](https://ppgenf.fen.ufg.br/up/127/o/Sheila_Mara_Pedrosa.pdf?1336145189)>. Acesso em 07 jul. 2017.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**. Paraná, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: <[http://www.pucpr.edu.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/108\\_53.pdf](http://www.pucpr.edu.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/108_53.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2017.

RAIMUNDO, V. J. A Violência no Cotidiano da Juventude Negra: Um olhar sobre a questão. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº 27, 2014.

SANTOS, A. C. **Violência no contexto escolar: breve análise do enfrentamento da violência na escola municipal Prof.<sup>a</sup> Eufrosina Miranda**. 2011. 60f. Monografia – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/MONOGRRAFIA-FINAL-ENCADERNAR.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2017.

SCHMIDT, D. P. **Violência como uma expressão da questão social: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar**. 2007. 85f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede/tde\\_arquivos/18/TDE-2008-04-22T145945Z-1472/Publico/DENISESCHMIDT.pdf](http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/18/TDE-2008-04-22T145945Z-1472/Publico/DENISESCHMIDT.pdf)>. Acesso em 31 jul. 2017.

SÓ, S. L. **Bullying nas escolas: Uma proposta de intervenção**. 2010. 33f. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível

em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37003/000787333.pdf>>Acesso em 13 jul. 2017.

SODRÉ, C. M. O. ; MOURA, M. L. de; ALEXANDRE, I. J. Violência no espaço escolar. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso,v.3, n.2, p. 315 - 327, Maio - Jul. 2012. Disponível

em:<<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/665/484>>. Acesso em 10 jul. 2017.